

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE BRASIL E CHILE

Assinado no Rio de Janeiro, em 08.11.1935.

Aprovado pelo Decreto-Lei nº 17, de 1º.08.1936.

Ratificado trocadas em Santiago em 09.08.1937

Promulgado pelo Decreto nº 1.888, de 17.08.1937

Publicado no Diário Oficial de 20.08.1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República do Chile,

desejosos de tornar mais eficaz a cooperação dos dois países na repressão do crime, resolveram celebrar um tratado de extradição de delinquentes, e para esse efeito nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Dr. José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

o Presidente da República do Chile, o Senhor Dr. Marcial Martinez de Ferrari, Embaixador Extraordinário Plenipotenciário no Brasil;

os quais, depois de haverem trocado os seus respectivos plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

Artigo I

As altas partes contratantes obrigam-se, nas condições estabelecidas pelo presente tratado, e de acordo com as formalidades legais vigentes, em cada um dos dois países, à entrega recíproca dos indivíduos que, processados ou condenados pelas autoridades de uma delas, se encontrem no território da outra.

Quando o indivíduo for nacional do Estado requerido, este não será obrigado a entregá-lo.

§ 1º Não concedendo a extradição do seu nacional, o Estado requerido ficará obrigado a processá-lo e julgá-lo criminalmente pelo fato que se lhe imputa, se tal fato tiver o caráter delito e for punível pelas suas leis penais.

Caberá nesse caso ao Governo reclamante fornecer os elementos de convicção para o processo e julgamento do inculcado; e a sentença ou resolução definitiva sobre a causa deverá ser-lhe comunicada.

§ 2º A naturalização do inculpaado, posterior ao fato delituoso que tenha servido de base a um pedido de extradição, não constituirá obstáculo a esta.

Artigo II

Autorizam a extradição às infrações a que as Leis do Estado requerido punam com a pena de um ano ou mais de prisão, compreendidas não só a autoria e a co-autoria, mas também a tentativa e a cumplicidade.

Artigo III

Quando a infração se tiver verificado fora do território das altas partes contratantes, o pedido de extradição poderá ter andamento se as leis do Estado requerente e as do Estado requerido autorizarem a punição de tal infração, nas condições indicadas, isto é, cometida em um país estrangeiro.

Artigo IV

Não será concedida a extradição:

- a) quando o Estado requerido for competente, segundo suas leis, para julgar o delito;
- b) quando, pelo mesmo fato, o delinqüente já tiver sido ou esteja sendo julgado no Estado requerido;
- c) quando a ação ou pena já estiver prescrita, segundo as leis do Estado requerente ou requerido;
- d) quando a pessoa reclamada tiver de comparecer, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;
- e) quando o delito for de natureza política, ou puramente militar, ou contra o livre exercício de qualquer culto, ou for previsto exclusivamente nas leis de imprensa.

A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição, se o fato constituir principalmente infração da lei penal comum.

Neste caso, concedida a extradição, a entrega do extraditando ficará dependente do compromisso, por parte do Estado requerente, de que o fim ou motivo político não concorrerá para agravar a penalidade. A apreciação do caráter de infração cabe exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

Artigo V

O pedido de extradição será feito por via diplomática, ou, por exceção, na falta de agentes diplomáticos, diretamente, isto é, de Governo a Governo. Deverá ser instruído com cópia ou traslado autentico da sentença de condenação, ou de mandado de prisão ou ato de processo criminal equivalente, emanado de juiz competente. Além disso, deverá ser acompanhado, não somente de cópia dos textos das leis aplicáveis referentes à prescrição da ação ou da pena, mas também dos dados ou antecedentes necessários para comprovação da identidade do indivíduo reclamado.

§ 1º das peças ou documentos apresentados, deverão constar a indicação precisa do fato incriminado, a data e o lugar em que foi praticado.

§ 2º Quando possível, as peças justificativas do pedido de extradição serão acompanhadas de tradução, devidamente autenticada, na língua do Estado requerido.

Artigo VI

Sempre que julgarem convenientes, as partes Contratantes poderão solicitar, uma à outra, por meio dos respectivos agentes diplomáticos ou diretamente, de Governo a Governo, que se proceda à prisão preventiva do inculcado, assim como à apreensão dos objetos relativos ao delito.

Essa providencia será executada mediante a indicação de que a infração cometida autoriza a extradição, segundo este tratado, e a simples alegação de existência de um dos documentos que devem instruir o pedido e se acham mencionados no artigo anterior.

Nesse caso, se dentro do prazo máximo de sessenta dias, contados da data em que o Estado requerido receber a solicitação da prisão preventiva do individuo inculcado, o Estado requerente não apresentar o pedido formal de extradição, devidamente instruído, o detido será posto em liberdade, e a sua extradição só poderá ser solicitada, pelo mesmo fato, na forma estabelecida no artigo 5º.

Artigo VII

Concedida a extradição, o Estado requerido não conservará preso por mais de sessenta dias, contados da data em que tiver notificado ao Estado requerente que a extradição foi autorizada e o inculcado se acha à sua disposição. Vencido este prazo, sem que o extraditando tenha sido remetido ao seu destino, o Estado requerido dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pela mesma causa.

Artigo VIII

Quando a extradição de um indivíduo for pedida por diferentes Estados, referindo-se os pedidos ao mesmo delito, será dada a preferência ao Estado em cujo território a infração houver sido cometida.

Se se tratar de fatos distintos, será dada preferência ao Estado em cujo território houver sido cometido o delito mais grave, a juízo do Estado requerido.

Se se tratar de fatos diferentes que o Estado requerido repute de igual gravidade, a preferência será determinada pela prioridade do pedido.

Nas duas últimas hipóteses, o Estado requerido poderá, ao conceder a extradição, estipular como condição que a pessoa reclamada seja ulteriormente extraditada.

Artigo IX

O inculcado que for extraditado em virtude deste tratado, não poderá ser julgado por nenhuma outra infração cometida anteriormente ao pedido da extradição, nem poderá ser extraditado para o terceiro país que o reclame, salvo se nisso convier o Estado requerido ou se o extraditando, posto em liberdade, permanecer voluntariamente no território do Estado requerente por mais de três meses contados da data em que foi solto. Em todo caso, deverá ele ser advertido das consequências a que exporia sua permanência no território do Estado onde foi julgado.

Artigo X

Sem prejuízo de terceiros países, todos os objetos, valores ou documentos que se relacionem com o delito e, no momento da prisão, tenham sido encontrados em poder do extraditando, serão entregues ao Estado requerente, após decisão das autoridades competentes do Estado requerido.

Os objetos ou valores que se encontrarem em poder de terceiros e tenham igualmente relação com o delito serão também apreendidos, mas só serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

A entrega dos referidos objetos, valores e documentos será efetuada ainda que a extradição, já concedida, não se tenha podido realizar por motivo de fuga ou morte do inculcado.

Artigo XI

O trânsito pelo território das altas partes contratantes de pessoas entregue por terceiros Estado à outra parte, e que não pertença ao país de transito, será permitido, mediante simples solicitação, acompanhada da apresentação, em original ou em cópia autenticada, de algum dos documentos destinados a instruir os pedidos de extradição mencionados no art. 5º deste tratado ou do documento que tiver concedido a extradição, e independentemente de qualquer formalidade judicial.

Essa permissão será concedida desde que não ocorra nenhuma das exceções do art. 4º, nem se oponham ao trânsito graves motivos de ordem pública.

Artigo XII

Correrão por conta do Estado requerido as despesas do pedido de extradição, até o momento da entrega do extraditando aos guardas ou agentes devidamente habilitados do Governo requerente, no porto ou ponto da fronteira do Estado requerido que o Governo deste indique; e por conta do Estado requerente as posteriores à dita entrega, inclusive as despesas de trânsito.

Artigo XIII

Quando a pena aplicável à infração for de pena de morte, o Estado requerido só concederá a extradição sob a garantia dada por via diplomática pelo Governo requerente, de que tal pena será convertida na imediatamente inferior.

Artigo XIV

Ao indivíduo reclamado será factuado usar , no Estado requerido, de todos os meios legais permitidos pela lei local, para recuperar a sua liberdade e basear-se, para esse mesmo fim, nas disposições do presente tratado. cuja extradição tenha sido solicitada por um dos Estados contratantes, ao outro, será facultado o uso de todas as instâncias e recursos permitidos pela legislação do Estado requerido.

Artigo XV

O presente Tratado será ratificado, depois de preenchidas as formalidades legais, de uso em cada um dos Estados contratantes, e entrará em vigor um mês após a troca de instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Santiago do Chile no mais breve prazo possível.

Cada uma das altas partes contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas os seus efeitos só cessarão seis meses depois da denúncia.

Em fé de que, o Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Tratado em dois exemplares, cada um dos quais na língua portuguesa e francesa e neles apuseram os seus respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e cinco.